

vivo

SINTTEL CONVOCA

Assembleia para avaliar proposta de PPR2019

O Acordo Coletivo de PPR, firmado com a empresa no ano passado e que tem validade até 2020, previu a negociação - agora em 2019 - dos indicadores.

Diante das mudanças, negociadas pelo presidente da Federação LIVRE (que representa trabalhadores do setor de Telecom do ES, CE, PE, AM, RJ e RO) Luiz Antônio, na quinta-feira, dia 04/07, o SINTTEL-ES convoca todos/as os/a trabalhadores/as na Vivo para avaliar e aprovar ou não os novos indicadores para o atingimento das metas do PROGRAMA de PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS/2019.

O targuet de 2.4 salários está estabelecido. Não foi alterado.

Após a reunião, a Telefônica/Vivo divulgou internamente os números do PPR e ofereceu um adiantamento do benefício, podendo pagar no dia 26 de julho.

Pelos resultados desde primeiro trimestre (janeiro a março) as metas foram atingidas e se fosse hoje a data final de pagamento do PPR, certamente os trabalhadores receberiam o teto do targuet. Porém ainda faltam conquistar esses mesmos índices até o final do ano. *Todos sabem que até lá muita água vai passar por debaixo dessa ponte.*

O SINTTEL fará assembleias no dia 18/07 às 8h na Vivo 2 (Av. Adalberto Simão Nader) e às 10h no prédio da Vivo 1 na Reta da Penha, em Vitória. Participe e fortaleça as ações do seu sindicato.



ASSEMBLEIA

A partir do dia
**12/07/2019 nas Lojas. Dia
18/07, às 8h na Vivo 2 e às
10h na Vivo 1.**

PROPOSTA DE ADIANTAMENTO

Valor:

1,0 salário para os empregados lotados no Administrativo e Loja;

1,0 salário para os empregados lotados no Campo e Atendimento sem PIV;

0,5 salário para os empregados lotados no Campo e Atendimento com PIV;

Não se aplica aos empregados afastados e executivos:

Data do crédito: 26/07/2019

TRATORADA

Barganhas, emendas e renegociações de dívidas foram 'moeda' para negociar Previdência

Recursos oferecidos aos deputados foram ampliados nas últimas 24 horas e chegam perto de R\$ 3 bilhões. Proposta do governo de empenhar verba sem autorização legislativa é ilegal.

Brasília – A aprovação em primeiro turno do texto-base da proposta de reforma da Previdência na Câmara mal foi concluída e já passou a ser chamada de “tratorada”, diante das artimanhas usadas pelo governo e sua base para comprar votos. Além do aumento de emendas no valor total de R\$ 2 bilhões para R\$ 3 bilhões para os deputados, um dia depois (10), o Executivo autorizou refinanciamento de dívidas de agricultores – a pedido dos ruralistas. E o ministério da Saúde liberou mais R\$ 100 milhões em verbas para o setor em vários municípios.

Até a madrugada desta quarta-feira já tinham sido oferecidas verbas extras do orçamento e desaceleração de empenhos. Tudo disso, diante de avisos pelos governistas de monitoramento sobre quem votaria e quem não votaria com a reforma, num recado claro que só seria contemplado quem estivesse favorável ao texto da proposta.

Um “toma lá, dá cá” como poucas vezes se viu. Mesmo num país cujo Legislativo é acostumado a esses procedimentos. A conta, que por baixo passa de R\$ 3 bilhões, conforme cálculos de partidos da oposição como PT e Psol, não está totalmente garantida pelo orçamento. Ou seja: pode ser retirada da verba de outros programas de Saúde e Assistência Social.

‘Cheque em branco’

“Despesas públicas dependem de autorização expressa do Legislativo. O governo pode executar uma emenda na sua totalidade, mas

não pode ultrapassar o valor autorizado pelo Congresso Nacional. “Isso é uma ilegalidade completa e coloca em xeque a votação da Previdência. Isso se chama corrupção”, completou o deputado Ivan Valente (PSOL).

Na conta dos deputados, o acordo feito pelo Palácio do Planalto com as bancadas foi de que cada um deles, que têm direito a R\$ 15,4 milhões em emendas individuais pelo Orçamento Geral da União, passaria a receber R\$ 4,6 milhões a mais se votasse favoravelmente à proposta. Tudo isso, em emendas para os estados e municípios que compõem suas bases eleitorais.

PARLAMENTARES RETORNANDO PARA SUAS CASAS, DEPOIS DE APROVADA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA...



Publicado no site da Rede Brasil Atual (RBA) 10/07/2019



Por 379 votos a 131, a Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira (10) o texto base da reforma da Previdência, segundo relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP). O projeto vai a votação em segundo turno e depois segue para o Senado. Em discurso na tribuna, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) saudou o “protagonismo” do Legislativo e afirmou que as reformas do Estado têm o “intuito de reduzir desigualdades”. Segundo ele, o texto aprovado não é o “dos sonhos” de nenhum parlamentar.

Basicamente, o texto aprovado exige idades mínimas para se requerer a aposentadoria de 65 anos para homens e 62, para mulheres. Também altera o cálculo do valor da aposentadoria a ser recebida: o piso do benefício será de 60% da média de todas as contribuições feitas pelo trabalhador. Para se aposentar com o valor integral, será preciso ter acumulado 40 anos de contribuições.